

Movimento social feminista e gênero:

breve olhar sobre a história deste movimento no mundo, no Brasil e entre os curdos

Sônia Aparecida Custódio

Como citar: CUSTÓDIO, Sônia Aparecida. Movimento social feminista e gênero: breve olhar sobre a história deste movimento no mundo, no Brasil e entre os curdos. *In:* BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Mulheres, gênero e sexualidades na sociedade:** diversos olhares sobre a cultura da desigualdade - volume 1. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.111-130.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-84-2.p111-130>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MOVIMENTO SOCIAL FEMINISTA E GÊNERO - BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DESTE MOVIMENTO NO MUNDO, NO BRASIL E ENTRE OS CURDOS

Sônia Aparecida Custódio

INTRODUÇÃO

Este texto surgiu como trabalho de conclusão do Curso de Aprimoramento “Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico”, uma parceria entre a UNESP/IBEC/GPOD, ministrado nas dependências da UNESP-Marília, no ano de 2017. Resolvemos, então, escrever sobre um movimento social, contemporâneo e que instigasse o aprendizado e a novidade.

Para início de conversa a história dos movimentos sociais no Brasil, remonta desde o primeiro século da colonização até os dias de hoje. Esses movimentos conseguem demonstrar que os primeiros habitantes e os que vivem nos dias atuais, nunca foram passivos e sempre procuraram de uma forma ou de outra lutar em defesa de suas ideias e interesses.

Do período que inicia em 1988 aos dias atuais, observamos uma série de movimentos pela efetivação de direitos existente e pela conquista de novos. Vivemos sob uma Constituição que privilegia os direitos humanos (civis, políticos e sociais) sobre a ação do Estado, e os movimentos sociais devem ser instrumentos para o questionamento das muitas desigualdades existentes no país.

Os movimentos sociais surgem em diversos lugares do mundo, sempre que um grupo de indivíduos considerem seus direitos desrespeitados ou se dispõe a lutar pela aquisição de novos direitos.

Considerando o término do Curso que fizemos ao longo do ano de 2017, que trata justamente dos movimentos sociais contemporâneos à luz do materialismo crítico e o fator tempo, resolvemos que faríamos algumas pontuações sobre um movimento com características da nossa época e fazer um paralelo com uma situação bem diferente de tudo que ouvimos falar.

O movimento em questão é o feminismo e a questão de gênero, como aconteceu no mundo, no Brasil e a novidade é como está acontecendo entre as mulheres curdas, especificamente em Rojava.

Feminismo é uma temática de suma importância, sendo um movimento social que defende a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos. Luta contra todas as formas exercidas de opressão sobre as mulheres e pela igualdade entre os gêneros. As raízes que remontam a história do feminismo na humanidade podem ser vistas desde tempos antigos, como a Grécia (FAHS, 2016).

Os estudos de gênero surgiram no campo das ciências sociais a partir da década de 1970, em substituição ao que seriam denominados estudos sobre a mulher, e se constituem como um campo de pesquisa interdisciplinar cujo objetivo é compreender as relações de gênero no mundo social. A emergência desses estudos representou a ruptura com a tendência de se buscar no determinismo biológico a explicação para as desigualdades entre homens e mulheres, promovendo assim, dentre outras coisas, a superação das teorias dos papéis sexuais e da complementaridade dos sexos (MATTOS; CARNEIRO E CORDEIRO; ARAÚJO; ALMEIDA, 2015).

Nesse sentido, a análise das desigualdades de gênero consiste na identificação de como se constituem as relações entre homens e mulheres

face à distribuição de poder ou, qual a equivalência social entre os gêneros (KERGOAT, 1996; SOIHET, 1998). Constatando a existência de desigualdades entre homens e mulheres apresentadas pelos estudos de gênero, é fruto da análise e interpretação dos dados estatísticos que apontam pequena representação política das mulheres e destacam seus baixos salários, banalização da violência contra a mulher e ainda a feminização da pobreza (MATTOS; CARNEIRO E CORDEIRO; ARAÚJO; ALMEIDA, 2015).

Por outro lado, os homens apresentam indicadores precários em relação à saúde, como menor expectativa de vida, maior acometimento por doenças crônicas e expressiva mortalidade por causas externas. Analisar as desigualdades de gênero consiste em entender as relações entre homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade (MATTOS; CARNEIRO E CORDEIRO; ARAÚJO; ALMEIDA, 2015).

Iniciaremos este texto com um breve histórico do movimento feminista e a questão de gênero no mundo e no Brasil, e seguiremos focados na novidade que o povo curdo apresenta a respeito de gênero e feminismo.

Buscamos conhecer sucintamente, o papel da mulher nas tomadas de decisões culturalmente elas sempre foram junto com as crianças e idosos o elo mais frágil em várias situações, uma vez que a novidade aqui é trazida pelo povo curdo e nos mostra a força da mulher. Desta forma pretendemos, também, evidenciar alguns acontecimentos, tais como o papel da Unidade de Proteção às mulheres (YPJ) – exército curdo feminino – no Curdistão Sírio, destacando como as mulheres curdas se utilizam de questões de gênero para contribuir para segurança do Oriente Médio, assegurar seus direitos e redimensionar a função feminina na guerra e na sociedade em geral. O noticiário a respeito do atual conflito na região do Curdistão, situado entre a Síria e Iraque, tem nos revelado a igualdade de gênero nas decisões.

COMO SURTIU O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E NO MUNDO

O movimento surge a partir do contexto das ideias iluministas (1680 – 1780), com a Revolução Francesa (1789 – 1799) e Americana (1775-1781), reivindicando direitos sociais e políticos, com maior ênfase para luta sufragista, através da mobilização de mulheres de vários países (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

O movimento estruturado e intencionalmente desenvolvido, por outro lado, é considerado mais recente, sendo definido como três ondas iniciadas na modernidade. Para entendermos como são definidas as três ondas da história do feminismo, e como evoluiu este importante movimento social que luta pela garantia de paridades a despeito do gênero de um indivíduo, dividiremos em três ondas e utilizaremos como referencial teórico um artigo de Magda Guadalupe dos Santos (2017), escrito para Revista Cult 20 anos/UOL:

A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA: 1830 A 1900

A primeira onda do feminismo pode ser considerada um movimento incipiente que compreendeu sua posição social frente a uma perspectiva histórica. Houve uma tomada de consciência a respeito da opressão de gênero intrínseca à sociedade, onde os movimentos políticos organizados de mulheres compreenderam que a obtenção de força suficiente para colocar pautas em prioridade deveria ser precedida de força política inicial. Com isso foi possível desenvolver pautas mais aprofundadas, como questões sexuais, econômicas e reprodutivas. Assim como na história do direito, a história do feminismo inicia-se por uma onda em busca de direitos políticos do indivíduo mulher. Essa primeira onda sedimenta a base para o desenvolvimento de um debate que é, ao mesmo tempo, mais amplo e mais profundo.

Ainda e nesta primeira onda, cujos movimentos já se revelavam mesmo antes da era iluminista, como na literatura e poesia de mulheres renascentistas, alguns nomes se destacam. Olympe de Gouges redige, em 1791, a conhecida *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, escrevendo no preâmbulo que “a mulher” tanto é “o sexo superior em beleza quanto em coragem, nos sofrimentos da maternidade”, além do que, nos dezessete artigos do documento, inscreve os princípios que deveriam reger em direitos e obrigações a vida da “mulher” e do “homem”, correlacionando liberdade, justiça e resistência à opressão (GOUGES, 1791). Semelhantemente, Mary Wollstonecraft, em *Vindication of rights of woman*, de 1792, entendia que o simples ato de “nascer mulher” já comporta em si inferioridade, opressão e desvantagem (WOLLSTONECRAFT, 2009). Ainda que, o cenário

revolucionário se apresenta e isto ocorre justamente porque as mulheres “reformam a si mesmas no propósito de reformar o mundo”.

Para De Gouges e Wollstonecraft, era necessário que, ao lado do homem, a mulher pudesse ser uma individualidade autônoma, reconhecida em sua dimensão racional e moral. Apesar do viés ontológico e iluminista, já nessa primeira onda se manifesta uma crítica a certa neutralidade universal, modelada a partir do masculino, com discursos regulados pela lógica do *mesmo* e do *próprio*.

Esta onda feminista insere-se no cenário dos anos 1960, com impacto nas duas décadas seguintes. Criado por Carol Hanisch em 1969, o lema “o pessoal é político” propõe que as mulheres se “livrem da própria culpa” e tentem enfrentar as situações da vida por meio de uma “terapia política” que possibilite todas as mulheres pensarem, por si mesmas (HANISCH, 1970).

Podemos destacar aqui uma fase em que problemas culturais e políticos se mesclam, devendo as mulheres encorajarem-se para combater as estruturas sexistas do poder. Mas já em 1949, Simone de Beauvoir publica, na França, *O segundo sexo*, elaborando uma teoria crítico-filosófica da relação entre o paradigma masculino, indicado como o *mesmo*, e o desvio feminino, assumido como o *outro* (BEAUVOIR, 1967).

A SEGUNDA ONDA FEMINISTA: 1960 A 1980

Aconteceu durante o pós-guerra, onde a chamada segunda onda feminista tomou sua maior forma especialmente a partir de sua função econômica, que ganhou muito peso durante os períodos de guerra. Nos anos 1960, despontou questionando radicalmente a naturalização dos papéis sociais de gênero. Mulheres se dedicaram a denunciar as formas como os processos de socialização que ensinam meninos e meninas a cumprirem seus papéis de dominantes e dominados.

A organização da história do feminismo, neste ponto, confunde-se com a participação de grandes nomes femininos de outros movimentos (especialmente nos Estados Unidos), como grupos em busca de direitos de pessoas negras, asiáticas e latinas, bem como movimentos em busca de direitos homossexuais e antiguerra – especialmente do Vietnã, no

período em questão. É neste momento em que se estrutura um movimento feminista verdadeiramente organizado, no sentido em que o poder político já havia sido conquistado no início do século, e o peso econômico destas mulheres incluídas na força produtiva primordial das nações ocidentais tornava suas demandas muito mais urgentes.

Neste período as interlocutoras em destaque são: Simone de Beauvoir, as feministas norte-americanas como Betty Friednan e Kate Millet e a australiana Germaine Greer, entre outras, que lutaram pela emancipação das mulheres, provocando novas iniciativas práticas e teóricas para que a violência, sobre os corpos femininos pudessem ser freadas.

A TERCEIRA ONDA FEMINISTA: A PARTIR DE 1990

O que se chama de terceira onda feminista é o movimento que pode ser entendido, na história do feminismo, como atual e que não visam à hegemonia de uma tese sobre outra. Trata-se do momento em que o feminismo se estabelece como uma matriz interpretativa de questões não diretamente relacionadas ao desenvolvimento da força política feminina como um fim, mas seu uso como um meio.

A preocupação é com uma série de questões que envolvem a sociedade: como trabalho, ecologia, questões de gênero, causas acadêmicas e uma variedade de assuntos. Obviamente não se deixa de combater às disparidades de gênero, mas é a consolidação da autoridade do movimento como um ator político no cenário global.

Esta onda não representa o momento final na história do feminismo, pois claramente ainda há muito para ser buscado – incluindo as premissas mais básicas do movimento, que é o fim das disparidades. Sua existência, no entanto, dá força para que novas ondas, cada vez mais sofisticadas, surjam com espaço e força na sociedade – algo impensável há pouco mais de um século, quando a batalha ainda era ter alguma voz que fosse ouvida.

NO BRASIL

No século XIX os direitos das mulheres começaram a surgir de forma mais nítida, uma vez que muitas já faziam parte da força de trabalho

empregada, ocupando o cenário industrial, inclusive na indústria têxtil. Muitas mulheres participavam ativamente nas lutas trabalhistas, fazendo reivindicações de seus direitos como trabalhadoras, inclusive contra a opressão por gênero (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

No século XX, o feminismo no Brasil se apresenta de forma mais crítica, com novos desafios e propostas, com a união de mulheres de várias classes sociais. O caráter militante se sobressai neste momento, pois há um questionamento sobre a política, a educação e a dominação do homem na sociedade, além de temas relacionados à sexualidade e divórcio (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

Com relação à luta trabalhista, algumas mudanças começam a ocorrer no mercado de trabalho durante as greves (que é um instrumento de pressão coletiva e um direito dos trabalhadores) realizadas em 1907 (greve das costureiras) e 1917, com a influência de imigrantes europeus (italianos e espanhóis), e de inspirações anarco-sindicalistas, que buscavam melhores condições de trabalho em fábricas, em sua maioria têxtil, onde se empregava predominantemente a força de trabalho feminina. Entre as exigências das paralisações, estava a regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres. No mesmo ano, foi aprovada a resolução para salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e a aceitação de mulheres no serviço público (FAHS, 2018).

Ainda no início do século XX, são retomadas as discussões acerca da participação das mulheres na política aqui no Brasil. Foi fundada então, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cujo os principais objetivos eram a batalha pelo voto e livre acesso das mulheres ao campo de trabalho. Em 1928, é autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), mesmo ano em que é eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes-RN). Ambos os atos foram anulados, porém abriram um grande precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres (FAHS, 2018).

Alguns anos depois, em 24 de fevereiro de 1932, no governo de Getúlio Vargas, é garantido o voto ou sufrágio feminino, sendo inserido no corpo do texto do Código Eleitoral Provisório (Decreto 21076) o direito ao voto e à candidatura das mulheres, conquista que só seria plena na Constituição de 1946. Um ano após o Decreto de 32, é eleita Carlota

Pereira de Queiróz, primeira deputada federal brasileira, integrante da assembleia constituinte dos anos seguintes (FAHS, 2018).

Na década de 60, lança-se a pílula anticoncepcional, num contexto em que o movimento feminista no mundo vai se configurando como uma luta por uma nova forma de relacionamento entre homem e mulher. Em seguida passou-se por um período de repressão com a ditadura militar, mas na década de 70, o movimento ganha expressividade e força através dos debates públicos sobre o papel da mulher na sociedade. Outro fato interessante é que o feminismo aproximasse da esquerda e dos conceitos marxistas, num esforço para ganhar legitimidade (ALVES; ALVES, 2013).

Na década de 80, com a redemocratização do Brasil, o movimento ganha força e se une com outros movimentos sociais, tais como, contra o racismo, movimento sindicalista, entre outros e neste momento o movimento que era voltado para a classe média, ganha adesão das camadas populares. Além disso, foram palco de acontecimentos importantes na vida nacional, como as campanhas pela Constituinte e por eleições diretas. As pessoas ansiavam por uma sociedade democrática, após anos de sofrimentos causados pelo Regime Militar. Os movimentos feministas também passaram, por uma fase de reestruturação político-partidária, o surgimento e o fortalecimento de inúmeros canais de participação social, a proliferação de organizações não governamentais, a criação de centros de pesquisas voltados para questão da mulher entre outros (BRABO, 2005).

Em 1984, temos a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher que promove uma campanha para que seja incluído os direitos da mulher na Constituição de 1988. Na década de 90 a principal luta foi contra a violência doméstica, que encontrou forte apoio em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha, o nome homenageia uma farmacêutica que ficou paraplégica, após sofrer anos de violência (ALVES; ALVES, 2013).

Apesar de todo o movimento feminista ocorrido no Brasil e no mundo, e de toda força que ganhou durante décadas, a sociedade ainda é preconceituosa e machista, na qual há uma diferenciação exacerbada entre homens e mulheres em relação ao emprego e posicionamento social. Os papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres são questionados pelo feminismo, que se constitui um movimento diferente dos demais ao defender os interesses da mulher, caracterizado pela sua autonomia em relação a outros movimentos e organizações (ALVES; ALVES, 2013).

As mulheres como podemos observar, ainda, continuam sendo oprimidas em todas as partes do mundo. Ao longo da história, lhes são negados prazer sexual, exibição do rosto, são escravizadas e prostituídas, etc. No entanto, as mulheres conquistam, aos poucos, seu lugar numa sociedade onde há forte resistência aos novos conceitos de gênero, protagonizando diversas formas de luta em favor da causa feminina, como por exemplo, as mulheres curdas, que estão atuantes naquela sociedade onde o patriarcalismo e o machismo ainda são uma dura realidade.

A seguir, passaremos a discorrer sobre esta novidade, que o povo curdo nos apresenta, onde a mulher está sendo valorizada, através de uma política de gênero que prega a igualdade entre homens e mulheres, assim como uma nova forma de democracia denominada Confederalismo Democrático.

O POVO CURDO

Os curdos são um dos povos originários do Oriente Médio e se consideram como sendo uma etnia do Curdistão, região que não é reconhecida pela Comunidade Internacional como Estado Nacional e que está situada majoritariamente entre Turquia, Iraque, Irã e Síria. A população curda é bastante expressiva nestes países e também, está presente em grande número em outras localidades como Líbano, Azerbaijão, países europeus, Estados Unidos, Canadá e Austrália. Há aproximadamente 36 milhões de curdos espalhados pelo globo, o que faz deles a maior etnia sem pátria do mundo, estes são os curdos em diáspora. Existem, ainda, 40 milhões sedimentados no Curdistão (SILVA et al., 2017).

Com a queda do Império Otomano ao final da Primeira Guerra Mundial havia aberto um caminho para a criação de um Estado curdo, previsto pelo tratado de Sevres de 1920, que o situava no Leste da península turca de Anatólia e na atual província iraquiana de Mossul. Porém, após a vitória de Mustafa Kemal na Turquia, os Aliados modificaram sua decisão e, em 1923, o tratado de Lausanne instaurou o domínio da Turquia, Irã, Reino Unido (no Iraque) e França (na Síria) sobre as populações curdas.

Os curdos, que nunca viveram sob um poder centralizado, estão divididos em vários partidos e facções entre os quatro países. Às vezes transfronteiriços, estes movimentos são antagonistas, em função

principalmente dos jogos de alianças com os regimes vizinhos. No Iraque, os dois principais partidos curdos travaram uma guerra que deixou três mil mortos entre 1994 e 1998. Finalmente se reconciliaram em 2003.

CONFLITOS E REVOLTAS

Os curdos, que reivindicam a criação de um Curdistão unificado, são percebidos como uma ameaça à integridade territorial dos países em que estão estabelecidos. Na Turquia, o conflito entre o governo e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foi retomado em 2015, acabando com as esperanças de uma resolução para esta crise que causou mais de 40 mil mortes desde 1984.

No Irã, confrontos esporádicos opõem as forças de segurança aos rebeldes curdos, cujas bases de retaguarda estão no Iraque. Após a revolução islâmica de 1979, ocorreu uma revolta curda que foi duramente reprimida. No Iraque, os curdos perseguidos pelo regime de Saddam Hussein se rebelaram em 1991 após a derrota do exército iraquiano no Kuwait e estabeleceram uma autonomia de fato, que foi legalizada pela Constituição iraquiana de 2005.

Na Síria, os curdos sofreram décadas de marginalização e opressão pelo regime por reivindicar o reconhecimento de seus direitos. Eles adotaram uma posição de “neutralidade” em relação ao poder e a rebelião no início do conflito em 2011, antes de aproveitar o caos gerado pela guerra para instalar uma administração autônoma nas regiões do norte do país sob seu controle.

A Síria, também, foi o segundo destino onde se refugiou a maioria dos curdos, para fugir da repressão turca durante os anos 1920 e 1930. Desde 1924, que muitos dos que estão por lá reivindicavam a autonomia de Rojava (Oeste) do Curdistão sírio. Quando a Síria se tornou independente do protetorado francês, a população curda passou a sofrer perseguição. A maioria árabe levou em frente à “espoliação”. Os curdos perderam a nacionalidade síria e passaram a serem tratados como “estrangeiros” ou “ocultos” e passaram a sofrer perseguições. Cerca de 30 mil pessoas perderam suas propriedades e depois foram expulsas de seus povoados, sendo enviadas para Damasco e Aleppo. Desde então e principalmente

sob o governo dos Assad, foi aplicado um conjunto de leis que proibiram a língua e qualquer traço da identidade e cultura curda (VÁSQUEZ, 2016).

A LUTA CONTRA O ESTADO ISLÂMICO

Na Síria, as forças curdas lideram a aliança das Forças Democráticas Sírias (FDS), que combatem o grupo Estado Islâmico (EI) com o apoio de uma coalizão dirigida pelos Estados Unidos. A aliança lançou em novembro de 2016 a batalha para expulsar o grupo extremista de Raqqa, sua capital de fato no Norte do país. No Iraque, os combatentes curdos peshmergas (aqueles que enfrentam a morte) também participam na luta contra os jihadistas.

A IMPORTÂNCIA DA CONQUISTA DA CIDADE DE RAQQA PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER

O Estado Islâmico (EI) no Iraque e na Síria surgiu em 2004, como uma ramificação da organização terrorista Al Qaeda, fundada em 1989 por Bin Laden e responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 (MILÍCIAS..., 2017). Com o objetivo de conquistar poder na região e proclamar um califado, que é um regime político-religioso baseado nos preceitos do Alcorão e da Sharia, nos territórios conquistados. O Alcorão é o livro sagrado dos muçulmanos e a Sharia é o conjunto de leis que direciona o comportamento dos mesmos (MUBARAK, 2014). O grupo é formado por sunitas e se baseia em uma interpretação radical do salafismo e do wahabismo.

Tudo isso com vistas a criar uma identidade árabe de cunho sunita, o que pressupõe a conversão dos cristãos e a morte dos xiitas, que são considerados infiéis por divergirem em interpretações do Alcorão (EBC, 2015).

Com a crescente atuação do EI no Oriente Médio e seu relativo sucesso podem ser interpretados a partir das cidades de Raqqa (Síria) e Mosul (Iraque) em 2013 e 2014, respectivamente, quando o grupo atingiu o auge de sua expansão territorial. Desse modo, o crescimento do desempenho do EI na Síria é beneficiado pela guerra civil, onde conta com o apoio daqueles que lutam contra o governo de Bashar Al-Assad, que é o

presidente Sírio, e no Iraque pelos conflitos entre os curdos, árabes, sunitas, cristãos e xiitas, onde conta com o apoio da parcela sunita da população (EBC, 2015).

Neste cenário, o controle de tais cidades permitiu ao grupo proclamar, em 2014, um califado que se estendia pela Síria e Iraque, tendo Raqqa e Mosul como capitais e sendo controlada por Abu Bakr al-Baghdadi, líder do EI (LAURIA et al., 2015). Além dessas, a organização também se fazia presente em outras cidades, como Tikrit e Ramadi no Iraque e Kobani, Aleppo e Tal Abyad, na Síria. Este fato revelou a força do grupo no Oriente Médio e se configurou numa ameaça aos governos sírio e iraquiano que, imersos em conflitos étnicos e religiosos, se depararam com a dificuldade de retomar o controle de grande parte de seus territórios que estavam sob o domínio do EI. Além disso, o califado de al-Baghdadi se mostrou também como ameaça aos Estados Unidos e à Rússia, países que tentam aumentar sua influência na região (MILÍCIAS..., 2017; RETOMADA..., 2017).

Vale ressaltar que a escolha de controlar Raqqa (sexta maior cidade e a segunda mais populosa na Síria) foi carregada de significado e simbologia, uma vez que entre os anos 796 e 809, a cidade foi a capital de um enorme império Muçulmano. Com isso, Raqqa foi transformada no laboratório de experiências de administração do EI, onde o grupo planejou ataques ao exterior, criou regras de comportamentos, impôs à população um padrão de vestimenta islâmica e atacou igrejas. Além disso, crucificações, decapitações e sequestros também foram práticas comuns do grupo que controlou de forma rígida o funcionamento do comércio, escolas hospitais da cidade (G1, 2015; MILÍCIAS..., 2017).

Diante dessa atuação violenta e do rígido controle exercido pelo EI em Raqqa, foi organizada a operação Fúria do Eufrates para retomar o controle da cidade. A operação foi criada pelas Forças Democráticas Sírias (FDS), uma coalizão de forças curdas e árabes apoiadas pelos Estados Unidos, que começou sua investida em direção à cidade em novembro de 2016. Na liderança desta coalizão estão as tropas curdas União de Proteção Popular (YPG) e a Unidade de Proteção das Mulheres (YPJ), que recebiam armamento leve e material logístico dos Estados Unidos, desde 2014, por meio da coalizão FDS (SILVA et al., 2017; SANZ, 2017). As mulheres acabaram tendo uma atuação bastante expressiva na recuperação da cidade.

A atuação das mulheres curdas, fizeram com que as mesmas ganhassem visibilidade no Ocidente, em outubro/2017, quando uma coalizão de forças curdas e árabes, apoiadas pelos Estados Unidos, retomaram o controle de Raqqa (sexta maior cidade Síria e a segunda mais populosa), dominada pelo EI desde 2013, sendo esta capital momentânea, deste grupo terrorista, assim como Mossul (Iraque). Este evento pode ser considerado importante pela decisiva participação das mulheres (QUITES, 2017).

FEMINISMO, GÊNERO E O YPJ – REDIMENSIONANDO O PAPEL DAS MULHERES CURDAS.

Não é de hoje que as mulheres participam na luta pela constituição de um Estado curdo independente, isso remonta à década de 1960 quando as mulheres curdas lutaram juntamente com o Peshmerga (aqueles que enfrentam a morte) e contra os baathistas, estes oriundos do Partido Baath, surgido na Síria em 1947. Propunham a unificação do mundo árabe em um único Estado e promoveu a política de arabização que constituiu em forçar o deslocamento dos curdos para assentamentos árabes no Iraque e na Síria (PEIXINHO, 2010; SILVA et al., 2017).

As mulheres curdas se engajaram no combate ao terrorismo no Oriente Médio para proteger o seu povo, em geral, e defender os territórios do Curdistão, além disso, elas utilizam da participação em organizações militares para ter voz ativa na sociedade e garantir sua autonomia, igualdade e direito à democracia, liberdade e educação. Ou seja, a luta dessas mulheres é dupla, pois lutam pelos seus direitos tanto como mulheres quanto como população curda. Além disso, as guerrilheiras têm como objetivo se vingar das violências praticadas pelos terroristas contra meninas e mulheres curdas, fazendo com que eles sofram assim como elas (SILVA et al., 2017; DUZGUN, 2016).

Vale ressaltar que as mulheres são muito valorizadas e respeitadas na cultura curda por meio da qual reafirmam sua igualdade em relação aos homens tanto no trabalho organizacional quanto no militar. Elas são ligadas ao YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres), que age no território do Curdistão sírio, sendo uma ramificação do YPG (União de Proteção Popular). As mulheres ligadas ao YPJ sentiram a necessidade de ingressar na vida militar para defesa de seu território e povo. Com toda a valorização

que se tem dado às mulheres, somente em 1996 foi formado um batalhão composto exclusivamente por mulheres e hoje elas compõem tropas que lutam tanto no Curdistão sírio como no iraquiano e turco (PEIXINHO, 2010; SILVA et al., 2017).

Assim, no contexto do confronto ao Estado Islâmico (EI), que atua no Curdistão da Síria, a YPG (Unidade de Proteção Popular) e a YPJ (Unidade de Defesa das Mulheres) lutam intensivamente para defender o território contra o EI, e por conta destes grupos, diversas cidades e vilas curdas estão sendo retomadas, e já tem iniciado o processo de reconstrução de algumas delas (SILVA et al., 2017).

Por não haver fronteiras delimitadas e por conta de boa parte da população não seguir o fundamentalismo religioso que é pregado pelo EI, em razão da existência de poços de petróleo em abundância em parte do território curdo e, estes territórios fazerem parte do que o EI autoproclamou como califado, os curdos são alvo frequente do expansionismo realizado pelos jihadistas, que além de tomar as cidades e vilas, realizam assassinatos em massa, estupros coletivos e sequestro de meninas para vendê-las como escravas sexuais (SILVA et al., 2017).

As integrantes da YPJ utilizam as questões de gênero como uma estratégia de combate aos jihadistas já que estes acreditam que perderão os benefícios prometidos, aos mortos em batalha caso sejam assassinados por mulheres. Com relação aos benefícios prometidos, segundo a fé islâmica, os homens que morrerem na guerra vão diretamente para o paraíso, onde serão contemplados com 72 virgens (MUBARAK, 2014).

Considerando que muitas das sociedades do Oriente Médio seguem os preceitos do Alcorão e da Sharia, o papel e comportamento das mulheres nessa região ficam fortemente condicionados a rígidos padrões de gênero e ao tradicionalismo. Sendo assim, as mulheres são tidas como destinadas ao trabalho doméstico, ao âmbito privado e familiar, além de serem oprimidas e submissas aos homens. Ademais, é negada às mulheres a livre escolha de suas profissões e o uso do véu é imposto como sinal de respeito a Deus e ao marido (MARQUES, 2010; MUBARAK, 2014).

A criação da YPJ em um contexto onde os direitos das mulheres são constantemente reprimidos pode ser considerada revolucionário, pois desconstrói o paradigma de dominação masculina e redimensiona as funções sociais das mulheres curdas, possibilitando a elas atuação em novos espaços e maior autonomia.

A IDEOLOGIA DE VALORIZAÇÃO DA MULHER - ÖCALLAN

Abdullah Öcallan, é a liderança inclusive teórica do partido PKK, que desenvolveu abrangente abordagem sobre a liberação feminina. Suas análises teóricas são complementadas por discussões práticas sobre a construção de alternativas para o empoderamento e emancipação das mulheres. Não se limitando na análise sócio-histórica do desenvolvimento do sistema patriarcal e seu caráter opressor; ele encoraja o público feminino a superar os papéis generizados e criar seus próprios movimentos e instituições (MIRANDA, 2016).

Sob a perspectiva dos direitos humanos, o empoderamento feminino pode ser compreendido como o processo transformador desenvolvido de “baixo para cima”, das relações de poder de gênero, através da qual as mulheres tornam-se socialmente aptas a formularem e defenderem suas próprias visões da sociedade, incluindo reflexões sobre regras generizadas. Adquirindo a possibilidade de fazer escolhas, o que requer a possibilidade da existência de alternativas e do reconhecimento das mesmas. Esta última condição é fundamental, uma vez que as relações de gênero costumam operar através da aceitação inquestionável do poder masculino (MIRANDA, 2016).

Abdullah Öcallan, iniciou sua luta pensando na formação de um Estado-Nação de cunho socialista e que seguissem uma ideologia Marxista-Leninista e buscavam a independência do Curdistão, até chegarem ao estágio, de lutar pela conquista de uma unidade política curda autônoma e para tal adotou o Confederalismo Democrático, que vem da visão eco-anarquista de Boockchin, que foi modificada e renomeada por ele (ÖCALLAN, 2011; DIRIK, 2014). Tendo como premissa que “povo curdo não será livre enquanto as mulheres não o forem”, esta é uma condição para libertação do povo (VÁQUEZ, 2016).

A RESISTÊNCIA DA MULHER CURDA

Em 20 de janeiro de 2018, a Revolução Curda entrou numa situação dramática devido à invasão do cantão Afrîn, pelo exército turco. Afrîn, Kobanê e Cizirê formam os três cantões onde os curdos do Curdistão Oeste, conhecido como Rojava, exercem a sua autonomia democrática.

Importante destacar que as mulheres de Afrîn e Rojava, resistiram aos ataques do Estado Islâmico durante seis anos. E é inquestionável o papel destas mulheres na construção de estruturas democráticas de autogestão. Como exemplo, estruturas autônomas baseadas em organizações comunitárias, conselhos femininos, academias e cooperativas, sem falar na autodefesa feminina.

Quando a mulher percebe que a solidariedade feminina é uma das armas mais eficazes, elas desenvolvem força e consciência. Então, percebemos a força deste movimento.

O exemplo dessas líderes e de tantas outras mulheres que pegaram em armas e defenderam suas terras, suas próprias vidas e seu futuro na cidade de Afrîn, nos encanta e nos compromete para lutarmos por um mundo melhor. Além disso, essa luta organizada pelas mulheres de Rojava fazem parte da resistência global contra qualquer forma de expressão, contra o feminicídio e o fascismo que tanto mal tem feito para as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos conhecer, sucintamente, o feminismo como expressão de direito e respeito às mulheres. Desta forma, procuramos evidenciar alguns dos acontecimentos, em uma trajetória histórica, para melhor compreendermos o movimento feminista, atribuindo-lhe a devida importância.

O movimento feminista no Brasil, como no mundo mantém-se ativo, porém adequando-se às novas demandas e reivindicações das mulheres na contemporaneidade. Enfrentando incontáveis desafios ao longo dos anos, seja no âmbito da sociedade ou dentro do próprio movimento, não recuou aos atendimentos às novas demandas que surgiram. Formando novas alianças, reformando e inovando suas ideias quantas vezes fossem necessárias, em busca de novos espaços e articulações (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

Tendo em vista a desconstrução dos papéis sociais e binários entre sexos e gêneros que alimentam o patriarcado. Neste sentido, ao se tentar entender as bases sobre as quais se assentam os feminismos, deve-se levar em conta a vida das mulheres como ponto de partida para teorias e

práticas, ressaltando os caminhos dos quais as mulheres foram excluídas e problematizando as supostas características que reproduzem o sentido de serem mulheres.

Assim como novidade apresentamos como as mulheres estão redefinindo o seu papel na sociedade curda, através da luta contra o EI, defendendo os civis e o território. Elas estão rompendo com a visão de supostamente frágeis e que não conseguem tomar decisões relativas à segurança e social.

Desta forma, desconstroem-se a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são determinadas por fatores biológicos, e trazem à tona a problemática de gênero que envolve a divisão de tarefas entre homens e mulheres, sobretudo pelas sociedades patriarcais localizadas no Oriente Médio.

Importante ressaltar que em razão da necessidade da presença de mulheres no YPJ, elas estão ganhando uma maior autonomia e voz na sociedade curda e estão lutando diariamente contra o patriarcalismo, uma vez que ingressam no serviço militar juntamente com os homens e executam as mesmas funções que sempre foram designadas a eles, tanto na área militar como política. Está desconstruída a imagem “sexo frágil”, tão utilizada nos tempos antigos como nos atuais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. da S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. *In*: SEMINÁRIO CETROS, 4., 2013, Fortaleza. *Anais* [...]. Itaperi: UECE, 2013. p. 113-121. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- BRABO, T. S. A. M. *Cidadania da mulher professora*. São Paulo: Icone, 2005. (Coleção Conhecimento e Vida).
- BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v. 2.
- DIRIK, D. *Stateless democracy: how Kurdish women liberated democracy from the state*. Bruxelas, 19 set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kHX-3dKfb-k>. Acesso em: 17 dez. 2017.

- DUZGUN, M. *The Kurdish Women's Movement: challenging gendered militarization and the nation-state*. Disponível em: <http://womeninwar.org/wordpress/wpcontent/uploads/2015/08/Beirut/7/1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- FAHS, A. C. S. *Movimento Feminista*. 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- GOUGES, O. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Paris, 1791.
- HANISCH, C. *The Personal is Political*. Notes from the Second Year: Women's Liberation, 1970.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (org). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 19-28.
- LAURIA, B. V.; SILVA, H. R.; RIBEIRO, P. G. O Estado Islâmico. *Série Conflitos Internacionais*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-6, abr. 2015. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2017/11/06/curdistao-e-a-guerra-contra-o-terror-no-orientes-medio-o-papel-do-exercito-feminino-curdo-na-luta-contra-o-isis-e-a-retomada-de-raqa/>. Acesso em: 20 out. 2017.
- MAGALHÃES, Lia. Estado Islâmico: entenda a origem do grupo. *EBC*, Brasília, 21 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/01/estado-islamico-entenda-origem-do-grupo>. Acesso em: 16 dez. 2017.
- MARQUES, V. L. M. Mulheres e Muçulmanas. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais [...]*. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278288843_ARQUIVO_MulhereseMuculmanas%5B2%5D.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.
- MATTOS, A. I. S.; CARNEIRO E CORDEIRO, T. M. S.; ARAUJO, T. M.; ALMEIDA, M. M. G. Desigualdade de gênero: uma revisão narrativa. *Saúde.com*, v. 11, n. 3, p. 266-279, 2015. Disponível em: www.reveduc.ufscar.br. Acesso em: 20 out. 2017.
- MILÍCIAS apoiadas pelos EUA expulsam Estado Islâmico de bastião na Síria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 out. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1927700-milicias-apoiadas-pelos-eua-expulsam-estado-islamico-de-bastiao-na-siria.shtml>. Acesso em: 19 out. 2017
- MIRANDA, S. S. de. *Por uma "dupla revolução"*: movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., João Pessoa, 03 ago. 2016. Disponível em: http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1466460090_ARQUIVO_ArtigoSarahSiqueiradeMiranda.pdf. Acesso em: 10 dez 2017.

MUBARAK, C. *Introdução ao Islamismo*. Sevilla: Junta de Missões Mundiais, 2014. Disponível em: <https://missoesmundiais.com.br/article/2/Introducao-ao-Islamismo.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

OCALLAN, A. *Democratic confederalism*. Cologne: Internacional Initiative Edition, 2011. Disponível em: www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09. Acesso em: 22 dez. 2017.

OLIVEIRA, L. P. R. de; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográfica. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. *Anais [...]* Londrina: UEL, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

PEIXINHO, M. de F. A. S. *O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação: contexto e desafios*. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2010. Disponível em: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2292/3/DM_20744.pdf. Acesso em: 03 dez. 2017.

QUITES, I. de P. Curdistão e a guerra contra o terror no Oriente Médio: o papel do exército feminino curdo na luta contra o ISIS e a retomada de Raqqa. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, 2017.

RETOMADA de raqqa representa o fim do Estado Islâmico? *BBC*, Brasil, 18 out. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41664071>. Acesso em: 18 out. 2017.

SANTOS, M. G. dos. O feminismo e suas ondas. *Revista Cult*, São Paulo, set. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entenda-o-feminismo-e-suas-ondas/>. Acesso em: 12 out. 2017.

SANZ, J. C. Curdos tomam cidades estratégicas para a conquista da 'capital' do Estado Islâmico. *El País*, Jerusalém, 11 maio 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/11/internacional/1494486070_509606.html. Acesso em: 19 out. 2017.

SILVA, A. H. L. *et al.* As Guerrilheiras Curdas e a redefinição das questões de gênero na guerra: o combate ao terrorismo do Estado Islâmico no Iraque e na Síria. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL (CADN), 14., 2017, Resende. *Anais [...]*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/as_guerrilheiras_curdas_e_a_redefinicao_das_questoes_de_genero_na_guerra_o_combate_ao_terrorismo.pdf. Acesso em: 03 dez. 2017.

SOIHET, R. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998.

VÁSQUEZ, J. *Pinceladas sobre o Curdistão*. In: DIRIK, Dilar. *A revolução ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016. p. 33- 50.

WOLLSTONECRAFT, M. *A Vindication of the Rights of Woman*. (ed.). Deidre Shauna Lynch. 3rd. ed. New York: W. W. Norton and Company, 2009.